

QUALIDADE INSTITUCIONAL E O ACESSO AO MERCADO BANCÁRIO NOS MUNICÍPIOS¹

Patrick Nunes Alves², Ana Paula Menezes Pereira³

¹ Vinculado ao projeto “Ambiente institucional e os incentivos à Inovação e ao investimento”

² Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas – ESAG – Bolsista PROBIC/UDESC

³ Orientadora, Departamento de Ciências Econômicas – ESAG – ana.menezes@udesc.br

O objetivo da investigação é analisar a relação entre a qualidade institucional, medida pelo Indicador de Qualidade Institucional Municipal (IQIM), e o desenvolvimento do sistema financeiro, medido neste trabalho, como alcance e inclusão da população ao sistema bancário nos municípios brasileiros. North (1990) define instituições como sendo as regras formais e informais que regem as relações sociais entre os agentes econômicos. As instituições formais as regras explícitas, geralmente escritas, como leis, regulamentações e estruturas de governança. As instituições informais são referentes a formação cultural, como valores e tradições, que mesmo não escritas, exercem um papel fundamental nas interações sociais. O conjunto dessas definições formam a base da Nova Economia Institucional que busca utilizar esses mecanismos para explicar o desenvolvimento dos países (Hodgson, 1998). Um ambiente institucional de qualidade contribui para reduzir a assimetria da informação, ao promover um ambiente mais seguro para o estabelecimento de contratos, reduzindo custos de transação (Coase, 1937). O desenvolvimento do mercado financeiro está relacionado às condições de crescimento e inovação das economias e a promoção do bem-estar social e econômico. A falta de acesso financeiro limita o alcance de serviços e créditos para os agentes, assim necessitam recorrer ao seu patrimônio pessoal para investir em negócios, educação ou aposentadoria. Isso limita essa população em atingir sua capacidade potencial e leva a um ciclo persistente de desigualdade e crescimento reduzido (Demirgüç-Kunt; Beck; Honohan, 2008).

Para medir o nível institucional utilizamos o Indicador de Qualidade Institucional Municipal (IQIM), originalmente elaborado pelo Ministério de Planejamento e Orçamento (MPOG) e recriado no âmbito deste projeto, em etapa anterior. O IQIM é calculado utilizando dados da MUNIC (IBGE, 2009 e 2011) e FINBRA (STN, 2010). O IQIM tem como objetivo a avaliação da qualidade das instituições públicas em todos os municípios brasileiros onde dados estão disponíveis. Ele se baseia em três subíndices (Sachsida, 2014):

- a) **grau de participação:** estima a participação da população na administração municipal partindo do número de conselhos municipais e suas características;
- b) **capacidade financeira:** averigua o número de consórcios intermunicipais, a proporção entre dívida dos municípios e suas receitas correntes, após a dedução das despesas com pessoal, e a poupança real per capita;
- c) **capacidade gerencial:** indica a atualidade da planta de valores para fins de imposto predial e territorial urbano (IPTU), o grau de adimplência em relação ao mesmo tributo e o número de instrumentos de gestão e planejamento utilizados pelo poder municipal.

O índice é calculado através de uma fórmula que atribui uma classificação que varia de 1 a 6 para cada município, o que indica a qualidade de certas instituições públicas.

O estudo de pesquisa encontra-se atualmente em progresso, demandando análises suplementares. Entretanto, com base no progresso alcançado até o momento, é possível descrever algumas observações preliminares. Com a recriação do IQIM para o ano de 2010, foi possível determinar uma média nacional de 3,17, a qual pode ser decomposta para revelar uma pontuação de 2,89 para o grau de participação, 2,31 para a capacidade financeira e 4,32 para a capacidade gerencial. Esses valores calculados podem também ser analisados com uma abordagem geográfica, permitindo a desagregação por região, unidade federativa e mesorregião.

Na tabela 1 são apresentadas a correlação do IQIM com variáveis de desenvolvimento econômico, ambiente de negócios e desenvolvimento bancário nos municípios brasileiros. Para medir desenvolvimento utilizou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus componentes, renda, longevidade e educação, obtidos a partir do Atlas PNUD (2010). A variável empresas abertas como percentual do PIB foi utilizada como proxy para ambiente de negócios. de cada município foram utilizadas correlação com Empresas Abertas como percentual do PIB, onde as informações relativas ao número de Empresas Abertas foram extraídas do Painel Mapa de Empresas (Gov.br, 2019). Para sinalizar o desenvolvimento e acesso ao sistema bancário, foram utilizadas duas variáveis: poupança *per capita* e PIB municipal por quantidades de agências, calculadas de informações do sistema bancário no Estban (Banco Central, 2022).

Tabela 1. Correlações do IQIM com variáveis econômicas

Correlação	IQIM
IDH	0,5693
Renda	0,5830
Educação	0,5101
Longevidade	0,4880
Empresas Abertas	0,5142
Poupança per capita	0,3579
PIB/ Quantidade de agências	0,2349

O próximo passo do projeto de pesquisa é aperfeiçoar a seleção de variáveis que reflitam o desenvolvimento bancário municipal e analisar como as instituições medidas pelo IQIM e outras variáveis institucionais informais, influenciam no desenvolvimento bancário e no ambiente de negócios dos municípios. Além disso, planeja-se realizar uma investigação utilizando-se técnicas de econometria espacial, com o intuito de analisar os potenciais efeitos de transbordamento (*spillover*) entre municípios que compartilham proximidade geográfica.

Palavras-chave: Economia institucional. Administração pública. Desenvolvimento econômico